



ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, EM TEMPOS DE PANDEMIA

Jackson Rosas da Silva¹, Dra. Lucilene Ferreira de Almeida²
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8572-9006>; <https://orcid.org/0000-0002-2567-9983>

¹ Mestrando da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil; ² Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre. Brasil.

Jackson.silva@ufac.br; lucilene.almeida@ufac.br

Recebido em: 14/03/2023; Aceito em: 03/11/2023; Publicado em: 30/12/2023
DOI: <https://doi.org/10.29327/2151710.5.2-4>

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a desigualdade de acesso e permanência nos cursos de graduação da Universidade Federal do Acre, durante o período da pandemia da Covid-19, além de uma contextualização de como chegou o ensino superior no Brasil e, posteriormente, no estado Acre. A pesquisa também investiga o processo de democratização da educação, a partir da Constituição de 1988, que possibilitou mecanismo de inclusão para o acesso de pessoas com baixo poder aquisitivo nos espaços de ensino. Como procedimento metodológico utilizamos a pesquisa bibliográfica sobre a temática. Além disso, utilizaremos como fonte para coleta de dados, o Sistema Eletrônico de Informações (SIE) da Instituição de Ensino Superior, do qual foi possível retirar informações sobre a vida acadêmica dos alunos, enquanto método, pela abordagem, investigação e análises, a pesquisa insere-se no Materialismo Histórico e Dialético. Concluiu-se que apesar dos incentivos de permanências oferecidos aos alunos, foram observados a diminuição do número de matrículas em disciplinas ofertadas, acima de cinquenta por cento nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia.

Palavras-chaves: Universidade Federal do Acre, Covid-19 e Evasão.

ANALYSIS OF HIGHER EDUCATION BASED ON PUBLIC POLICIES, IN PANDEMIC TIMESTHE

ABSTRACT

The present work aims to analyze the inequality of access and permanence in undergraduate courses at the Federal University of Acre, during the period of the Covid-19 pandemic, as well as a contextualization of how higher education arrived in Brazil and later in the state of Acre. The research also investigates the democratization process from the 1988 Constitution, which made possible the inclusion mechanism for the entry of people with low purchasing power. As a methodological procedure, we used bibliographical research from reliable Google Scholar sites. In addition, we will use the Electronic Information System (SIE) of the Higher Education Institution as a data collection tool, from which it was possible to extract information about the academic life of the students. Having as a method, the Historical and Dialectical Materialism. It was concluded that despite the permanence incentives

offered to students, a decrease in the number of enrollments in subjects offered was observed, above fifty percent in the Licentiate and Bachelor of Geography courses.

Keywords: Federal University of Acre, Covid-19 and Evasion.

ANÁLISIS DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR A PARTIR DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EN TIEMPOS DE PANDEMIA

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la desigualdad de acceso y permanencia en los cursos de graduación de la Universidad Federal de Acre, durante el período de la pandemia de Covid-19, así como una contextualización de cómo llegó la educación superior a Brasil y posteriormente al estado de Acre. La investigación también investiga el proceso de democratización a partir de la Constitución de 1988, que posibilitó el mecanismo de inclusión para el ingreso de personas de bajo poder adquisitivo. Como procedimiento metodológico se utilizó la investigación bibliográfica de sitios confiables de Google Scholar. Además, utilizaremos como herramienta de recolección de datos el Sistema de Información Electrónico (SIE) de la Institución de Educación Superior, de los cuales se pudo extraer información sobre la vida académica de los estudiantes. Teniendo como método, el Materialismo Histórico y Dialéctico. Se concluyó que a pesar de los incentivos a la permanencia ofrecidos a los estudiantes, se observó una disminución en el número de matrículas en las asignaturas ofertadas, por encima del cincuenta por ciento en las carreras de Licenciatura y Licenciatura en Geografía.

Palabras clave: Universidad Federal de Acre, Covid-19 y Evasión.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará as questões de desigualdade e permanência nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior, espalhadas pelo país. De modo geral foi elencada na pesquisa, uma breve contextualização histórica do ensino superior no Brasil. Para Neto (2013), o processo de escolarização do ensino superior no Brasil começou com atrasos se comparado com as nações desenvolvidas. Além disso, totalmente excludentes para privilegiar uma minoria.

Diante disso, somente com as políticas de inclusão foi possível ampliar a entrada de pessoas com baixo poder aquisitivo nas universidades públicas. Contudo, com a pandemia os alunos de baixa renda foram os mais prejudicados, tendo em vista que seus ambientes de estudo se modificaram totalmente, a casa passou a ser a sala de aula. Logo, enfrentaram o problema da falta de espaço para o estudo, um lugar de concentração durante o processo de ensino-aprendizagem. Os restaurantes universitários que oferecem preços populares para as refeições estavam fechados. Assim, como as bibliotecas públicas que possibilitam aos alunos acesso a livros, pesquisas na internet permaneciam sem oferecer esses serviços.

Após essa contextualização abordaremos um estudo de caso dos alunos da Universidade Federal do Acre, durante o período da pandemia. Para realizar um estudo mais detalhado escolhemos 07 (sete) Cursos Regulares de Graduação, quais sejam: 1. Bacharelado em Direito,

2. Bacharelado em Engenharia Florestal/RBR, 3. Licenciatura em Pedagogia/RBR, 4. Licenciatura em Letras Português/RBR, 5. Licenciatura em Geografia, 6. Bacharelado em Geografia e 7. Bacharelado em Engenharia Elétrica.

Além disso, será feita também uma análise geral dos 54 (cinquenta e quatro) Cursos Regulares de Graduação ofertados nos Campi de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, tendo como referência, também, os anos de 2019/1 e 2020/1. Ao final será apresentado gráficos detalhando os resultados encontrados. Em seguida, a pesquisa se propõe analisar de forma hipotética os resultados das amostras.

2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A história da Educação Superior no Brasil é caracterizada por um ensino restrito destinado às elites dirigentes (CUNHA, 2007). Os primeiros cursos de nível superior começaram durante o Brasil Colônia, Filosofia e Teologia, administrados pela Igreja Católica que fazia a seleção dos estudantes pertencentes à nobreza. O quadro de formação atendeu aos interesses do clero. (ROMANELLI, 1978).

Um outro marco foi durante o Brasil Imperial, com a transferência do poder metropolitano para o Brasil. O ensino superior passa por reformulações desvinculando-se da religião. Para Cunha (2007, p. 89) “[...] O novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado nacional, dentro ainda dos marcos da dependência cultural aos quais Portugal estava preso”. Os cursos criados foram: Academia Militar; Academia da Marinha; Medicina e Cirurgia e Matemática visava a formação de militares. Surgem também novos campos de estudos, tais como: Agronomia, Química, Desenho Técnico, Economia Política e Arquitetura. Após formados os estudantes preenchiam as vagas disponíveis para cargos de interesse do Estado (CUNHA, 2007).

Diante disso, percebemos que a implantação desses cursos não atendia a necessidade da população, tendo em vista que mais da metade da população, tanto as adultas quanto as crianças eram analfabetas. O ideal para esse período seria investir nos cursos de formação de professores. Contudo, o Ensino Superior no Brasil nasce como requisito para alcançar “status” sociais. No período imperial, ter o título de doutor era sinônimo de posse. Para Romanelli 1978:

[...] A importância assumida pela educação de letrados durante toda a monarquia estava diretamente ligada à necessidade de o país de ter preencher o quadro geral da administração e da política. A escola representada, sobretudo pelas novas Faculdades de Direito, criadas nas décadas de 1820 uma em São Paulo e outra em Recife, ambas em 1827, passou a desempenhar o papel de

fornecedora do pessoal qualificado para essas funções. Apesar da existência de cursos de Medicina, Engenharia e Artes, que antecederam, as Faculdades de Direito lograram uma supremacia na formação dos quadros superiores do império. (ROMANELLI, 1978, p. 39).

Diante desses acontecimentos percebemos que, na educação superior a intenção era manter os mais afortunados com o total controle da Administração Pública, tendo como destaque o Curso de Direito que nasce após a independência do Brasil representava na época um “bilhete de entrada” para o “clube” formado pela elite dirigente imperial (deputados, senadores, presidentes de província, ministros e conselheiros de Estado) (CUNHA, 2007, p. 15).

Mesmo com a independência e o início da República, os cursos superiores permanecem nas mãos da minúscula elite dominante. Com isso, o Brasil não avança na expansão das Universidades pelo país. Contudo, as nações desenvolvidas já apresentavam um forte crescimento nos cursos superiores. Para Almeida Neto:

Nos países “desenvolvidos”, o incremento do acesso a esse nível de ensino começou a se dar a partir da década de 1960, fazendo com que na década de 1990 diversos países já tivessem ultrapassado os 50% de taxa de escolarização líquida, isto é, de jovens de 18 a 24 anos cursando a universidade. (ALMEIDA NETO, 2013, p. 50).

Esse atraso tem uma razão de ser, no geral, os países ricos industrializados investem em ciência e tecnologia, do outro modo procuram deixar os países pobres totalmente dependentes. Para Romanelli (1978):

A forma como se introduziu a industrialização nos países subdesenvolvidos, sobretudo o nosso, forma que acabou instituindo uma nova modalidade de transplante cultural – o da tecnologia criada nos centros de irradiação da cultura ocidental. Esta nova forma de transplante vem contribuindo substancialmente para que as chamadas regiões periféricas continuem em estado de dependência cultural, por causa de obstáculos que aquele que representa para criação de uma tecnologia local. Isto constitui também um desestímulo à expansão de cursos de formação técnica especializada. Acrescente-se isso o aumento de dependência econômica que a importação dessa tecnologia acarreta ao país. (ROMANELLI, 1978, p. 24).

Diante disso, os aspectos de dominação e controle das nações desenvolvidas foram mais acentuados durante o regime militar de 1964, do qual foram feitos vários acordos de cooperação entre os Estados Unidos. Assim, de acordo com Jesus (2014):

Um dos pontos polêmicos dos acordos referia-se não somente à transformação das universidades brasileiras em fundações, uma tentativa a mais de restrição das escassas oportunidades de ingresso dos estudantes oriundos do proletariado

(“pequena classe média e do operariado ao ensino superior”) ao que, em tese, lhes daria uma possibilidade de ascender socialmente, como colocaria todo o sistema universitário brasileiro dependente direta e imediatamente do poder econômico dos Estados Unidos. (JESUS, 2014, p. 41).

Diante disso, no período ditatorial o ensino superior permanece com as mesmas características de segregação, marcado por controle visando manter a homogeneidade da elite dominante. Com os cursos, “[...] vocacionados, reprodução de quadros da elite nacional, em geral cultivando um *ethos* e uma mística institucional, abrigavam menos de 100 mil estudantes, com predominância quase absoluta do sexo masculino (MARTINS, 2009, p.2).

Após o término do regime militar, a democracia no país caminha para seu restabelecimento e com ela veio a Constituição de 1988 que regulamentou a educação. Entre os destaques podemos destacar a gratuidade do ensino público em todos os níveis de educação, a gestão democrática na escola pública, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação (BRASIL, 1988).

Assim, a Constituição de 1988, em seu art. 214 previu a construção de um Plano Nacional de Educação decenal (PNE) posteriormente regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996. O PNE está regulamentado pela Lei nº 10.172 de 9 janeiro de 2001. Tem como propósito articular o desenvolvimento de todos os níveis da educação. Podemos incluir a redução da desigualdade social no que se refere a permanência. Para isso, foram criadas várias políticas públicas para ingresso e permanência de alunos com baixa renda no ensino superior.

Além do PNE, podemos destacar também o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) criado, pelo Decreto n.º 6.096 de abril de 2007, para dar suporte às Universidades Federais, garantir acesso e permanência dos estudantes, tendo como objetivo melhorar a infraestrutura e os recursos humanos. Para Costa (2009):

Juntamente, com o Reuni foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2007, e se a destina a auxiliar estudantes matriculados em cursos de graduação presencial de instituições federais de ensino superior. Um dos objetivos é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos de graduação, com intuito de diminuir a desigualdade social e possibilitar a democratização na educação superior. Segundo o Plano, isso será feito por meio de auxílio à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, creche e apoio pedagógico (COSTA, 2009, p. 11).

Deste modo, essas políticas públicas permitiram o aumento de matrículas de alunos de baixa renda. Possibilitando a realização de sonhos de muitos estudantes que imaginavam

educação superior como algo distante de sua realidade, econômica, social, entre outras. Contudo, um dos principais problemas enfrentados são as altas taxas de evasão das camadas com baixo poder aquisitivo, ou seja, as políticas de inclusão permitiram ampliar as vagas, entretanto o país ainda enfrenta problemas estruturais, que os programas de permanência não são capazes ainda de solucionar.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ACRE

Vimos anteriormente como o Ensino Superior se iniciou. No estado do Acre¹ não foi diferente, tanto que os cursos iniciais foram os cursos de Bacharelado em Economia e Direito, em um território onde a maioria da população não sabia ler e nem escrever. Para Farias (2003, p.14) “Pelo Censo de 1970, a população rural do estado na faixa etária de 10 a 14 anos era de 21.392 habitantes e deste total 78,38% de analfabetos”. Compreendemos dessa forma que não fez sentido para grande massa a criação da Universidade. Criada para atender interesses locais, visando a manutenção do status quo, a Universidade Federal do Acre tinha por objetivo garantir o poder dos grandes pecuaristas que chegavam ao estado. Os cursos elitizados, por sua vez, agiram para as mudanças na economia e na política nas décadas de 1960 e 1970. (FARIAS, 2003).

Contudo, aos modos da Constituição de 1988, a Ufac passa a aderir políticas públicas para o ingresso do público com baixo poder aquisitivo. De fato, por longos períodos a educação superior não foi pensada para os grupos que ajudaram a ocupar o estado, os migrantes nordestinos que vieram para trabalhar nos seringais na extração do látex, por sua vez foram expulsos destas terras com a chegada da pecuária. Expulsos das suas moradias, se deslocam para a cidade ajudando a formar os bairros periféricos, com moradias precárias. De acordo com Farias (2003):

Nas cidades, seringueiros e posseiros instalaram-se precariamente, passando a viver de trabalho ocasional, sem assistência e amparo legal dos poderes constituídos. Como não possuía recursos para comprar posses, essa parcela da população findou por ocupar áreas de terras improdutivas de antigos seringais nas periferias das cidades. Sobretudo em Rio Branco, formaram-se rapidamente bairros periféricos sem nenhuma infraestrutura, nem mesmo traçado de ruas, constituindo o que convencionou a chamar de “bolsões da pobreza”. Parte significativa de seus moradores passou a viver novamente o

¹ O Acre está situado na região Norte do Brasil, no Extremo Sudoeste da Amazônia Brasileira (Amazônia Ocidental). Faz fronteira com os Estados do Amazonas (Norte) e Rondônia (Leste) e faz divisa internacional com a Bolívia (Sudeste) e o Peru (Sul e Sudoeste). Por isso, constitui-se numa das porções do território brasileiro mais distante dos estados litorâneos e dos centros econômicos do país. Assim, por ter o território mais ao oeste do país, o Acre está mais próximo das regiões andinas e do litoral do Oceano Pacífico (no Peru). (SILVA, 2005, p.21).

fantasma da expulsão por parte dos proprietários das terras em que se instalaram. (FARIAS, 2003, p. 57).

Então, as nossas atenções se voltam para esse público onde o analfabetismo e a pobreza faziam parte da vivência. Assim, um público que não tinha nenhuma qualificação para os trabalhos da cidade, foram lançados ao desemprego ou emprego ocasional, fato que arrasta consigo a família no rumo das incertezas, misérias e desagregação social. (PINTO DE OLIVEIRA, 1985 *apud* FARIAS, 2003)

Hoje a população do estado, em sua grande maioria, é fruto desses fluxos migratórios. Assim, entendemos que é preciso pensar ter um olhar sensível, pois apesar das dificuldades financeiras, muitas dessas pessoas estão adentrando nos cursos de educação superior. Sabemos que a Constituição de 1988 traz em seus artigos e leis complementares, as questões de igualdade de acesso e oportunidades. Assim é relevante destacar o pensamento desenvolvidos por John Rawls: “As desigualdades econômicas e sociais devem ser ordenadas de modo a serem ao mesmo tempo (a) para maior benefício dos menos favorecidos e (b) vinculadas a cargos e posições abertos a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades.” (RAWLS, 1997, p. 46).

Assim, por questões de justiça o Estado deve oferecer o máximo de oportunidades possíveis para tentar suprir as marcas da exclusão social. Atualmente, existem políticas afirmativas mais consolidadas para correção desses fatores, que incluem, se o aluno é oriundo de escola pública, a questão das etnias (pretos, pardos e indígenas) e o perfil socioeconômico.

Percebe-se que são vários entraves para entrada dos menos favorecidos, que vão além das questões econômicas, apesar de estar interligados entre si, a questão do capital cultural, pelo simples fato de inexistir leis consolidadas ligadas à inclusão educacional para os menos favorecidos nas décadas passadas. Com isso, este público que está hoje no ensino superior em sua grande maioria são filhos de pais analfabetos.

Deste modo, o estudante de baixa renda pode ter o dobro de esforço para compreensão de assuntos complexos ligados ao ensino, bem com as linguagens que antes não faziam parte do convívio familiar, ou seja, esse aluno terá que passar por descontinuidade cultural, enquanto outros discentes, dos quais não vieram desse meio familiar e que desde cedo tiveram acesso ao conhecimento escolar pelos seus pais ou responsável, o ensino superior torna-se uma continuidade. Para Bourdieu (1992):

Num empreendimento de aculturação para satisfazer ao mínimo as exigências escolares em matéria de linguagem, os estudantes das classes populares e

médias que ascendem ao ensino superior são necessariamente submetidos a uma mais forte seleção segundo o próprio critério da competência linguística. (BOURDIEU, 1992, p. 82).

Cabe destacar que dentro desse contexto, o Estado do Acre foi um dos últimos a consolidar um ensino superior público, com isso os estudantes enfrentam o grande problema das desvantagens culturais. Dessa maneira, Bourdieu escreve:

Sabendo que a vantagem dos estudantes originários das classes superiores é cada vez mais marcada à medida que se afasta dos domínios da cultura diretamente ensinada e totalmente controlada pela escola e que se passa por exemplo do teatro clássico ao teatro de vanguarda ou ainda da literatura escolar ao jazz, compreende-se que, no caso de um comportamento como o uso escolar da língua escolar, as diferenças tendem a se atenuar o máximo e mesmo a se inverter: de fato, os estudantes altamente selecionados das classes obtêm nesse domínio resultados ao menos equivalentes aos dos estudantes das altas classes, menos fortemente selecionados, e superiores aos estudantes das classes - médias, tão desprovidos quanto eles de capital linguístico ou cultural, porém menos fortemente selecionados. (BOURDIEU, 1992, p. 83).

Sendo assim, para além dessas questões já apontadas, com a pandemia a situação de dificuldades se ampliou, principalmente para aqueles já desfavorecidos. O próximo tópico dedica-se a levantar dados sobre como ficou a situação dos alunos nos cursos de graduação da Ufac, durante o período da Covid-19.

4. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Contextualizamos até aqui de forma breve, a história da educação superior no Brasil e em seguida, como se deu a criação dos cursos no ensino superior no estado do Acre. Vimos que ambas foram criadas para atender um grupo seletivo de pessoas, e com as políticas públicas afirmativas o ensino superior torna-se mais acessível para as camadas de baixo poder aquisitivo.

Diante disso, investigamos de forma hipotética como se deu o comportamento dos alunos, principalmente os de baixa renda que dependiam diretamente da Instituição, durante a pandemia da Covid-19. Essa doença respiratória foi diagnosticada na cidade Wuhan na China em 31 de dezembro de 2019, primeiramente como uma pneumonia de causas desconhecidas. Porém, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades em saúde chinesa descobriram nessa síndrome respiratória um novo tipo de vírus, até então não encontrado em seres humanos. Logo passou a ser classificado como SARS-CoV-2 responsável pela transmissão da Covid-19. (OPAS, 2020).

Com isso devido, a rápida infestação da doença, por ser um vírus que se propaga no ambiente. Arelado a intensidade dos fluxos de circulação de pessoas graças ao meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1998). A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, caracteriza a Covid-19 como uma pandemia.

No Brasil, o primeiro caso registrado da doença ocorreu em São Paulo no final de fevereiro de 2020, no Hospital Israelita Albert Einstein, após a entrada de um homem de 61 anos que viajava pela Itália, (BRASIL, 2020). Após essa notificação, outros casos da doença também foram aparecendo nos demais estados brasileiros. Com o passar do tempo o vírus se espalhou rapidamente pelo território nacional, levando o Ministério da Saúde, com Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, decretar estado de transmissão comunitária. Esse mesmo documento também trouxe a necessidade de adoção de medidas de enfrentamento à Covid-19, entre elas estão evitar aglomeração e adotar medidas para que ocorra o distanciamento social.

Frente ao contexto da pandemia da Covid-19, no estado do Acre, o primeiro caso da doença foi registrado em 17 de março de 2020. Com isso, todas as recomendações do Ministério da Saúde foram seguidas, o que incluía a paralisação dos serviços presenciais. Diante disso, a Ufac por meio do Conselho Universitário (CONSU) aprovou a Resolução n.º 4, de 30 de março de 2020 decidido com base no Decreto n.º 5.496/2020, de 20 de março de 2020, do Governo do Estado do Acre e Decreto n.º 237, de 27 de março de 2020, da Prefeitura Municipal de Rio Branco. O Conselho resolveu suspender os serviços presenciais, seguindo as determinações do Ministério da Saúde para isolamento social, bem como as recomendações do Comitê de Prevenção e Contenção ao novo coronavírus da Ufac (UFAC, 2020).

Sendo assim, após a suspensão das atividades presenciais, a Instituição de Ensino Superior adota como medida o uso de ferramentas digitais, ou seja, o ensino passa a funcionar através de aulas remotas. No geral, a Ufac seguiu a Portaria nº. 343/2020 de 17 de março de 2020 do Ministério da Educação. A mesma orientava as Universidades a funcionarem remotamente, até o término da pandemia.

Diante disso, com as aulas funcionando fora do domínio da Instituição, a situação dos alunos que dependiam diretamente dos espaços da Ufac, há possibilidade que esse público tenha sido bastante prejudicado. No contexto pandêmico a casa passou a ser seu ambiente de estudo. Porém, pode não ser um lugar adequado para os estudos, tendo em vista que o lugar talvez tenha apenas um cômodo, apresentar ruídos, entre outras questões. Os membros familiares podem não entender o significado das aulas remotas.

Além disso, a questão da renda dos provedores também diminuiu significativamente, principalmente para quem trabalhava no setor informal, em que os empregos domésticos reduziram consideravelmente. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2021, mostraram por meio de indicadores sociais que os mais afetados são os grupos populacionais mais vulneráveis. Assim, de acordo com o Ipea:

Os indicadores mostraram que as mulheres seguem em desvantagem em relação aos homens. No segundo trimestre de 2019, a taxa de ocupação delas (46,2%) era inferior à do sexo masculino (64,8%). No mesmo período de 2020, houve redução para 39,7% no caso das mulheres e 58,1% para os homens. Mesmo antes da pandemia, as mulheres já possuíam uma maior chance de mudar da situação de ocupada para inativa e também uma menor chance de entrar na condição de ocupada; no entanto, a crise intensificou ainda mais essas probabilidades. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021, p. 7).

Entende-se, que esse desemprego pode elevar as taxas de desistências no ensino superior, o acadêmico é obrigado a trabalhar para conseguir seu sustento, tendo em vista que os membros familiares perderam o emprego. Diante dessas situações, falta de espaço para as atividades pedagógicas, juntamente com o desemprego podem estar contribuindo para a diminuição das matrículas nos cursos da instituição de ensino.

Desta forma, a pandemia mostrou o peso que tem as políticas de ampliação e democratização do ensino superior, dos quais podemos destacar os programas de assistências estudantis, conforme o primeiro parágrafo do Artigo 30 e o parágrafo único do Artigo 4º, do Decreto n.º 7.234/2010:

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I moradia estudantil; II alimentação; III transporte; IV atenção à saúde; V inclusão digital; VI cultura; VII esporte; VIII creche; IX - apoio pedagógico; X acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade e de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

Com isso, cabe destacar que a pandemia fechou um dos espaços vitais para os estudantes, o Restaurante Universitário - RU. A Figura 1 representa este espaço em períodos de atividades presenciais.

Figura 1 - Restaurante Universitário-RU antes da pandemia, Covid-19



Fonte: A CATRAIA, 2021¹

Atualmente, o Restaurante Universitário é administrado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES, com estrutura física projetada para o atendimento de café da manhã, almoço e janta. O local servia antes da pandemia, aproximadamente 1200 refeições, todas balanceadas por nutricionistas, os estudantes dos cursos de graduação pagavam um valor mínimo de R \$1,00, com gasto de aproximadamente R \$3 reais por dia. Com seu fechamento no dia 17 de março de 2020, por conta dos Decretos e Resoluções para enfretamento e contenção do vírus SARS-CoV-2, muitos estudantes foram tendo dificuldades para se manterem. Podemos exemplificar com o caso de um estudante do 6º período do curso de Medicina:

Ele conta que a paralisação dos serviços de alimentação do Restaurante Universitário (R.U) prejudicou bastante os universitários que utilizavam os serviços, principalmente os mais carentes que não conseguiram voltar para suas residências de origem e que dependem do apoio da Universidade. “R.U era a minha vida. Imagina, você está acostumado a pagar 1 real na refeição e agora cada refeição passa por baixo a ser uns 7 reais!”, frisou (A CATRAIA, 2022).

Um outro aspecto de destaque que prejudicou os estudantes foi o encerramento das atividades presenciais na Biblioteca Central da Ufac. Este espaço constitui um dos mais adequados para o aprendizado, tendo em vista que o discente possui acesso a acervo bibliográfico, internet e espaços coletivos e individuais para estudo. Além disso, o espaço possui sala de informática, caso o aluno não possua computador para pesquisa.

¹ Disponível em: <https://acatraia.ufac.br/?p=89>>acesso em 25 de jan. 2022.

Figura 2 - Biblioteca Central em 2018



Fonte: ASCOM¹ 2018

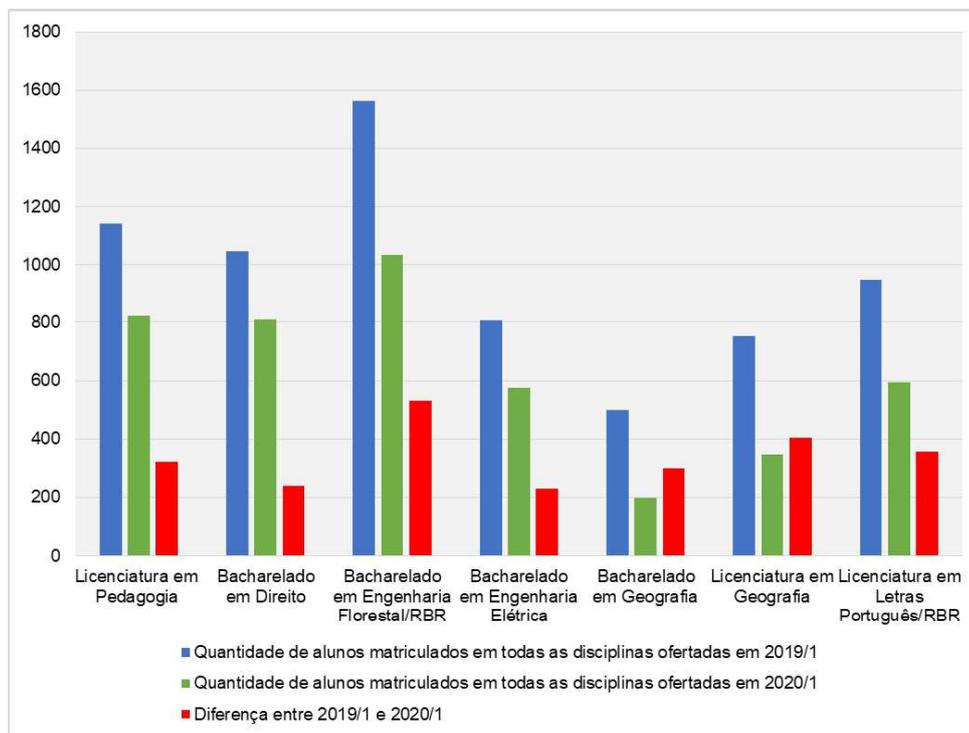
A imagem da Biblioteca Central antes da pandemia mostra o quanto o espaço era frequentado pela comunidade acadêmica. A figura dois descreve o funcionamento da sala de informática com as cadeiras todas ocupadas, pois é bastante comum os estudantes a utilizarem como ambiente de produção, como estudar para as provas, confecção trabalhos científicos (artigos, resenhas, fichamentos, entre outros).

Diante desse cenário, procuramos identificar o comportamento dos alunos relacionando a questão da matrícula curricular nas disciplinas dos seguintes cursos: 1. Bacharelado em Direito, 2. Bacharelado em Engenharia Florestal/RBR, 3. Licenciatura em Pedagogia/RBR, 4. Licenciatura em Letras Português/RBR, 5. Licenciatura em Geografia, 6. Bacharelado em Geografia e 7. Bacharelado em Engenharia Elétrica. Em seguida, uma análise global dos 54 cursos regulares dos campos Rio Branco e Floresta. Os dados foram retirados da plataforma Sie-Ufac (Sistema Eletrônico de Informações), que auxilia na administração do ensino tais como: cadastro de cursos, oferta de disciplinas, processo seletivo, matrícula dos alunos, lançamento de notas, planos de estudo, diário de classe, assistência estudantil e todo o controle da vida escolar dos alunos.

¹ Disponível em: <http://www2.ufac.br/site/noticias/2018/biblioteca-central-da-ufac-completa-36-anos>> Acesso em 20 jan. 2022.

As informações retiradas do Sie foram transformadas em gráficos, que detalham a quantidade de alunos matriculados nas disciplinas dos respectivos cursos, bem como uma certa diminuição no período da pandemia da Covid-19.

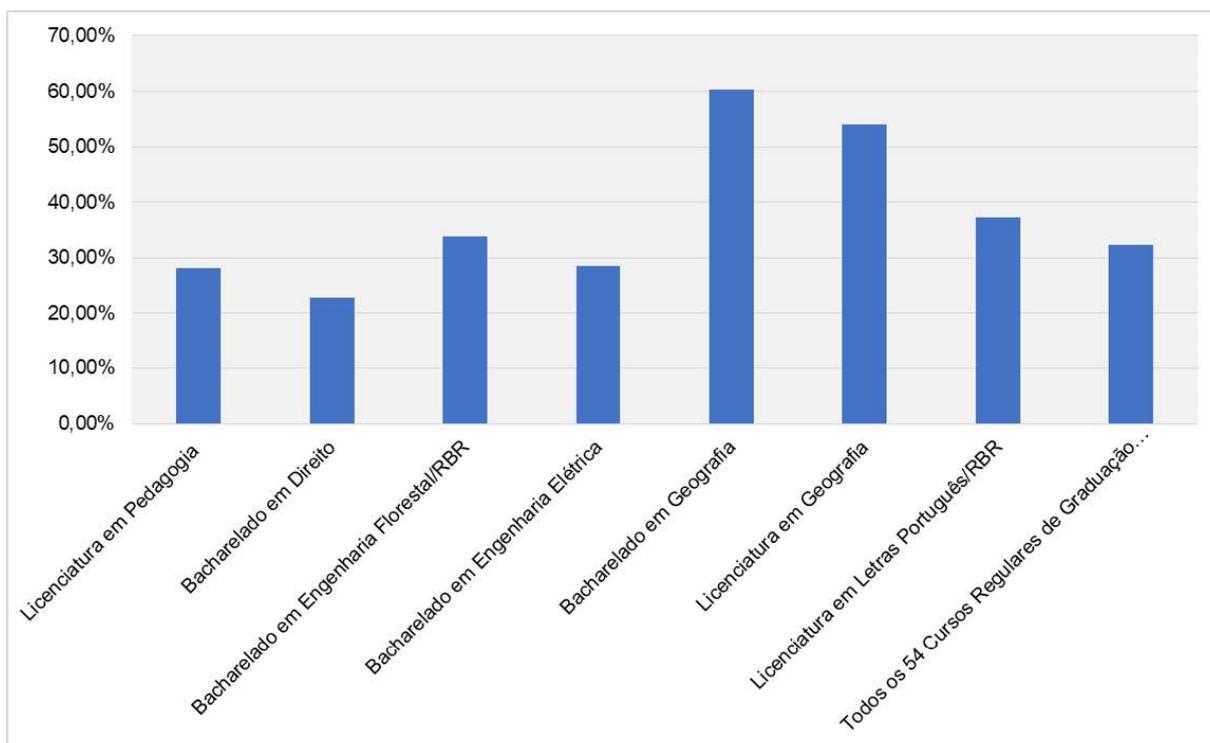
Gráfico 1 - Diferença de matrículas nos anos de 2019 e 2020 nos cursos selecionados - Ufac



Fonte: SIE, 2021.

O gráfico 1 descreve a situação dos alunos matriculados nas disciplinas ofertadas, de acordo com os Projetos Pedagógicos de cada Curso selecionados. Assim., cada período ou semestre tem um número específico de disciplinas, por exemplo o curso de Bacharelado em Engenharia Florestal foi o que apresentou o maior número de disciplinas ofertadas. Essa primeira análise traz uma comparação entre o semestre 2019/1, sem a pandemia e com aulas presenciais, com o período 2020/1 em que o ensino passou a ser remoto. Verificamos que os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, foram os que apresentaram uma diminuição significativa de alunos matriculados, apesar de ter oferecido poucas disciplinas se compararmos com as outras graduações. O gráfico 2 oferece uma riqueza de informação pois, os dados dos cursos selecionados estão descritos em porcentagem, facilitando a compreensão do leitor.

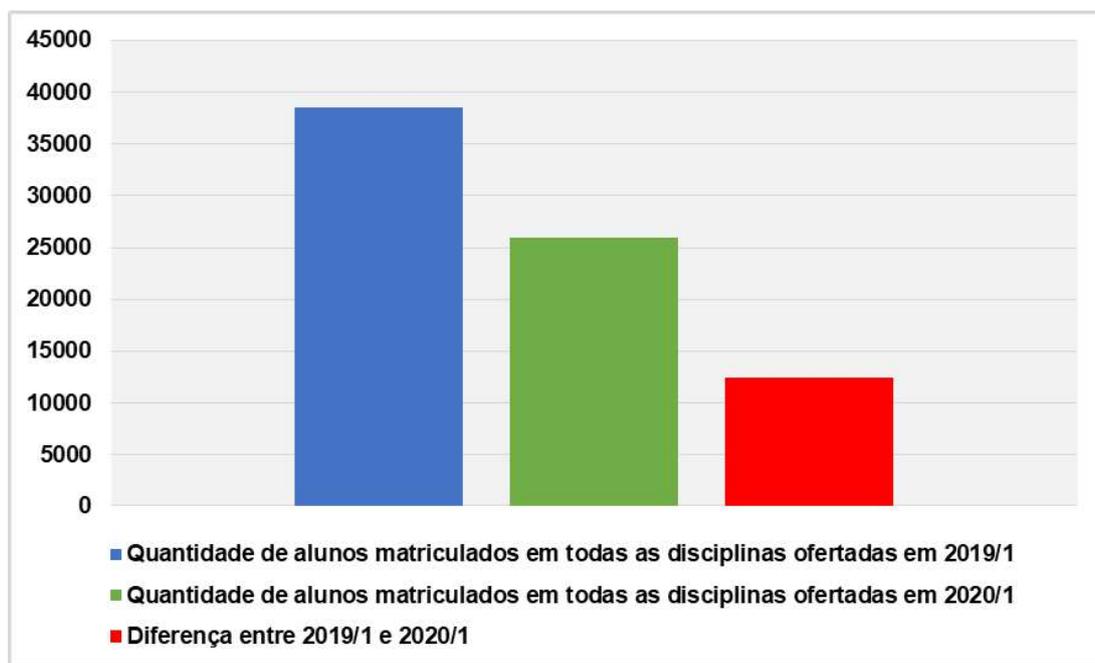
Gráfico 2 - Decréscimo em porcentagem das matrículas entre os cursos selecionados para a pesquisa



Fonte: SIE, 2021

Esses dados em porcentagem se tornaram elemento facilitador para leitura, pois retratam a diferença entre os semestres mencionados anteriormente. É possível verificar que todos os cursos analisados tiveram uma redução do número de matrículas por disciplinas. Ficou visível que os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia apresentaram reduções acima de 50%. Já o curso de Bacharelado em Direito obteve uma diminuição de aproximadamente 23% dos alunos que deixaram de fazer matrícula em todas as disciplinas, registrando o menor número entre as graduações avaliadas. O gráfico 3 tem a preocupação de fazer uma análise dos 54 cursos regulares de graduação (Campus Rio Branco e Cruzeiro do Sul).

Gráfico 3 - Os 54 cursos regulares de graduação (Campus Rio Branco e Cruzeiro do Sul)



Fonte: SIE (2021)

O estudo do gráfico 3 demonstra que todos os cursos da universidade foram impactados diretamente com a diminuição do número de matrícula, devido a Covid-19, logo, prejudicou bastante a vida acadêmica de vários alunos, em que muitos não retornarão mais, outros sofreram ou ainda sofrem com atrasos em sua formação.

Para tentar solucionar esses problemas a Ufac se ancorou no Programa Nacional de Assistência Estudantil¹ já que todos os anos é destinado no Orçamento Geral da União repasses para as Universidades Federais atender alunos de baixa renda. Além disso, o MEC também adquiriu, para todas as Instituições de Ensino Superior, Institutos Federais, entre outros, apoio emergencial por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para compras de pacote de dados móveis visando também ajudar esses alunos. (BRASIL, 2020).

¹ Criado pela Portaria MEC Nº 39 de 12 de dezembro de 2007 e regido pelo decreto nº 7234 de junho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) é um programa destinado a democratizar o acesso e permanência na educação superior de estudante de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, com objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para melhoria de desempenho acadêmico e reduzir as taxas de evasão e retenção. (BRASIL. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes> >acesso em: 12 de agosto de 2023).

Com isso, a Universidade, por meio da Pró-reitora de Assuntos Estudantis, criou edital de Auxílio Inclusão Digital – AID, em que disponibilizou para os alunos selecionados a quantia de 1.300 R\$ (mil e trezentos) reais para compras de tablet, notebook (excluindo os smarthphone). Vale ressaltar que essas medidas foram tomadas a partir de estudos do Plano de Contingência Ufac em tempos de Covid-19¹. Deste modo, o edital elencou alguns de seus objetivos, são eles: a) Viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a permanência dos estudantes da Ufac; b) Contribuir para a redução das taxas de evasão e retenção, decorrentes da insuficiência de condições financeiras; c) Contribuir para a permanência na educação superior (PROAES, 2020).

Diante disso, percebemos a preocupação da Instituição de Ensino Superior em criar ações afirmativas em momento tão difícil que todos estavam passando. As políticas públicas mostraram compreensão com os termos da Constituição Federal, pois buscaram garantir a permanência dos alunos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a forma como o ensino superior chegou ao Brasil tinha como objetivo manter a estrutura social, econômica e política estabelecida. Assim, manter o maior número de pessoas fora desse domínio era sinônimo de controle. Em um país em que ter o ensino superior era o equivalente a posses. Vimos que o processo de colonização impactou diretamente na distribuição do ensino, sobretudo no ensino superior, no geral as grandes potências trabalham para manter as nações inferiores dependentes de tecnologia.

Nesse sentido, os governos militares trabalharam no ensino em uma perspectiva ideológica principalmente a Educação Superior da qual foi direcionada para atender os interesses do grande capital. Entretanto, não estava no alcance das classes populares, ou seja, somente quem tinha poder aquisitivo tinha possibilidade de frequentar o ambiente acadêmico.

Todavia, a Constituição de 1988 tenta corrigir os erros históricos que marcam os menos favorecidos, nesse sentido trouxemos o princípio da equidade, para tentar interpretar quais os mecanismos o Estado deve oferecer aos desprovidos de recursos a fim de atingir igualdade. Para isso, foram criados os sistemas de cotas.

¹ Informações sobre o Plano de Contingência Ufac em tempos de pandemia pode ser obtido através do site. Disponível em: [Plano de contingencia - formato16.indd \(ufac.br\)](#) >acesso em 10 mar. 2023.

A partir dos programas de acesso, muitos estudantes de baixa renda chegaram ao ensino superior, contudo, chegam desprovidos de capital cultural que às vezes torna-se uma verdadeira barreira para esse aluno conseguir acompanhar. Percebemos que é necessário a compreensão do professor para validar o conhecimento que o aluno traz do seu meio e com isso, construir um pensamento acadêmico.

Nessa perspectiva foi feito um estudo de caso sobre a Universidade Federal do Acre, em que buscamos verificar a realidade local desde as origens da formação da Instituição até o período atual da pandemia. Verificamos que muitos estudantes dependiam dos espaços físicos da Instituição tais como o Restaurante Universitário e a Biblioteca Central. Demonstramos através de gráficos que muitos alunos deixaram de fazer matrícula nas disciplinas dos seus respectivos períodos. Atribuímos essas desistências pela questão da falta de um lugar apropriado para o estudo tendo vista que o ensino passou a ser remoto. Em outro ponto, a questão do desemprego dos membros da família do qual obrigou o estudante a procurar um emprego para ajudar nas despesas de casa.

Em contrapartida, atentamos para o comprometimento da Instituição para tentar conter o máximo de desistências, ao longo da pandemia foram lançados editais por meio da Pró-reitora de Assuntos Estudantis para que pudessem contemplar os alunos em situação de vulnerabilidade. Hoje, a Universidade Federal do Acre vem se atentando para os problemas da realidade local.

6. REFERÊNCIAS

ALUNOS RELATAM AUMENTO DE GASTOS COM ALIMENTAÇÃO E MORADIA. Acatraia. 2021. Disponível em: <https://acatraia.ufac.br/?p=89> > Acesso em 28 jan. 2022.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução**. Francisco ed. Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm >. Acesso em 10 de jan. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre o **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: [L10172 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br) > Acesso em 09 de mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Dispõe sobre o **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: [L10172 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/L10172) > Acesso em 09 de mar. 2023.

BRASIL.MEC. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).** Agosto, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841> >Acesso 09 de mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).** Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes> >acesso em: 12 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.** Brasília, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm >acesso em 12 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. UNA-SUS. **Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença.** Brasília, 2020. Disponível em <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>> Acesso em 12 de agosto de 2023.

COSTA, SIMONE GOMES. **A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil.** 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/3703>> acesso em: 20 jan.2022.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas** – 3.ed. [revista]. – São Paulo: Editora UNESP, 2007. *E-book*.

FARIAS, Manoel Severo de. **Os Governos militares e o ensino superior acreano.** Scortecci, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pandemia afetou mais o trabalho de mulheres, jovens e negros,** 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37963#:~:text=Os%20indicadores%20mostraram%20que%20as,%20C1%25%20para%20os%20homens.>. Acesso em 29 de jan. 2022.

JESUS, Bianca. **Ensino Superior no Brasil: Internacionalização hoje e os acordos MEC-USAID.** *Ciência & Luta de Classes*, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistaclc.ceppes.org.br/online/article/view/31/5>>acesso em: 20 de jan. 2022.

NETO, Manoel de A. **A expansão e a persistência das desigualdades no sistema de ensino superior no Brasil.** In: FAHEL, Murilo; RAMBLA, Xavier; LAZZAROTTI, Bruno, et al. *Desigualdades educacionais e pobreza.* Belo Horizonte: PUC Minas, 2013. p. 49-68. Desenvolvimento.

PINTO DE OLIVEIRA, Luís Antônio. **O sertanejo, o Brabo e o posseiro.** Rio Branco, Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1985.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça/** John Rawls: tradução Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves - São Paulo: Martins Fontes, 1997. - (Ensino Superior). Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/uma-teoria-da-justic3a7a.pdf>>acesso em 20 de jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Biblioteca Central da Ufac completa 36 anos**, 2018. Disponível em: <http://www2.ufac.br/site/noticias/2018/biblioteca-central-da-ufac-completa-36-anos>> . Acesso em 25 de jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, **Plano de Contingência Ufac em tempos de covid-19**, 2020. Disponível em: [Plano de contingencia - formato16.indd \(ufac.br\)](#) >acesso em 10 mar. 2023.